



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 597/2012


Altera a redação do art. 2º da Lei nº
17.015, de 2011.


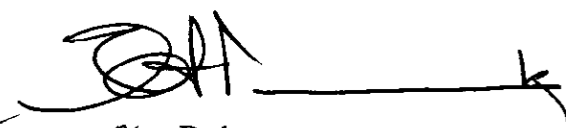

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 2º da Lei nº 17.015, de 16 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Todos os comerciantes de materiais de reciclagem metálicos em geral, ferrosos e não ferrosos, inclusive baterias e transformadores, os desmontes, os ferros-velhos, os recicladores e os sucateiros deverão manter um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas de suas operações comerciais mensais.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente

 
TONINHO
WANDSCHNEIDER Relator

Prof.
Lemos



PROJETO DE LEI Nº 86 / 2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 19 MAR. 2013

Francisco Bühner
1º Secretário

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Trigo, realizada anualmente no último domingo do mês de Janeiro, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 1º - Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Trigo, realizada anualmente no último domingo do mês de Janeiro, no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2013.

Francisco Bühner
FRANCISCO BÜHRER
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A "Festa do Trigo" é realizada anualmente no município de São José dos Pinhais, com o intuito de preservar, promover e garantir a continuidade da cultura ucraniana, englobando desde o idioma, os costumes, a culinária e as festividades.

Durante o evento são comercializados diversos produtos típicos da Ucrânia, como perohê cozido ou assado (espécie de pastel recheado) e o holuptzi (prato feito à base de repolho).

Em 2013 foi realizada a 47ª edição da festa, contando com a presença de mais de dez mil pessoas, sejam eles habitantes do próprio município ou de cidades vizinhas.

Destaca-se que a festa se realiza na Colônia Marcelino, área rural do município de São José dos Pinhais, amplamente conhecido pelos fortes traços ucranianos.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear a população de São José dos Pinhais, ajudando na divulgação da referida festa, garantindo que a mesma seja incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Sendo assim, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 86/2013

Projeto de Lei nº. 86/2013

Autor: Deputado Francisco Buhner

Súmula: Insere no Calendário oficial de eventos do Estado a **FESTA DO TRIGO**, realizada anualmente no último domingo do mês de janeiro, no Município de São José dos Pinhais.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DO TRIGO. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Francisco Buhner, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Festa do Trigo, a ser realizado anualmente no último domingo do mês de janeiro, no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




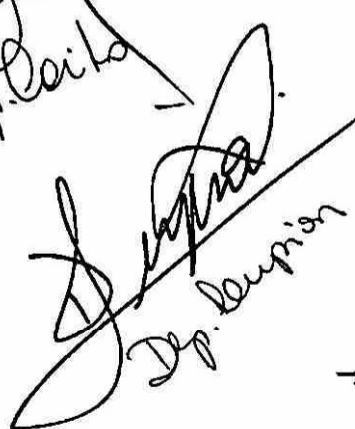
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 26 de março de 2013.



NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR


Dep. Carlos

Dep. Leupion

APROVADO

~~18.07.13~~
16


Dep. Pericles

Dep. Turini

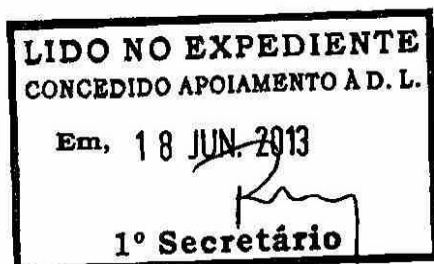
Dep. Fraiano

Dep. Tadeu



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 246/13

Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil.

Art. 1º Fica instituído a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Síndrome do X Frágil aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com Síndrome do X Frágil é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Art. 2º São diretrizes da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil:

I - a intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com Síndrome do X Frágil;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com Síndrome do X Frágil e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com a Síndrome do X Frágil, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - o estímulo à inserção da pessoa com a Síndrome do X Frágil no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VI - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo a Síndrome do X Frágil no Estado.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º São direitos da pessoa com Síndrome do X Frágil:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
- b) o atendimento multiprofissional;
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com Síndrome do X Frágil incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Art. 4º A pessoa com a Síndrome do X Frágil não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 5º A pessoa com a Síndrome do X Frágil não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.


Art. 6º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com a Síndrome do X Frágil, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.



Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2013.



ALEXANDRE CURI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA



O presente projeto de lei visa, instituir a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil e estabelece diretrizes para sua consecução.

A Síndrome do X Frágil compromete o gene FMR1 (do inglês Fragile Mental Retardation), causando um desequilíbrio mental. O gene integra o cromossomo X e é responsável pela produção da proteína FMRP (Fragile Mental Retardation Protein), necessária para o funcionamento de várias funções do cérebro, como a intelectual, sensorial, a memória, a fala, cálculo e comportamento. Essa proteína é essencial para a boa ligação entre os neurotransmissores no cérebro. A ocorrência é de um caso em cada dois mil meninos e um em cada quatro mil meninas. O X Frágil é a segunda Síndrome cromossômica mais freqüente após a Síndrome de Down. Os sinais e sintomas da Síndrome do X Frágil são semelhantes a outros casos de atrasos e distúrbios gerais de desenvolvimento, como o autismo, por exemplo, por isso necessitam de confirmação através de exame genético com técnicas especiais.

As pessoas portadoras da Síndrome podem apresentar retardo mental e motor, hiperatividade, déficit de atenção, dificuldade de contato físico com outras pessoas, morder as mãos (a ponto de causar ferimentos), dificuldade de olhar para a pessoa com quem fala, repetir informações e as confundir, orelhas proeminentes e apresentar histórico de retardo mental na família, sem diagnóstico preciso. Na fase escolar, demonstram distúrbios no aprendizado, dificuldade na leitura, interpretação, escrita e cálculos. Não existe cura para a Síndrome do X Frágil, mas muitos experimentos terapêuticos e sócioeducacionais têm sido realizados com êxito, auxiliando o indivíduo a conquistar um bom convívio familiar, escolar e social.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 246/2013

Projeto de Lei nº 246/2013

Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da pessoa com Síndrome do X Frágil.

EMENTA: INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM SÍNDROME DO X FRÁGIL. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. POSSIBILIDADE. ARTS. 6º 23, II, E 24º, XII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 12, II, 13, XII, e 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LC Nº 101/00. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por instituir a Política Estadual de Proteção dos Direitos da pessoa com Síndrome do X Frágil e estabelece diretrizes para sua consecução.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



previstos nesta Constituição. (grifo
nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Com relação ao objeto da ora proposição, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** nos seus artigos 6º, 23, II, e 24º, XII, dispõe sobre os deveres e direitos relativos à saúde. Senão vejamos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24°. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde. (Grifo nosso).

Igualmente, no âmbito estadual, os artigos 12, II, 13, XII, e 165 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO**, apontam a importância da saúde em seu texto legal conforme abaixo se denota:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar Federal 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

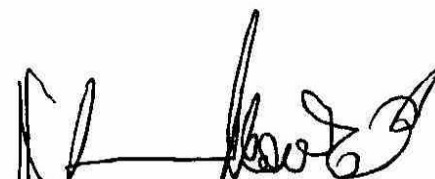
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

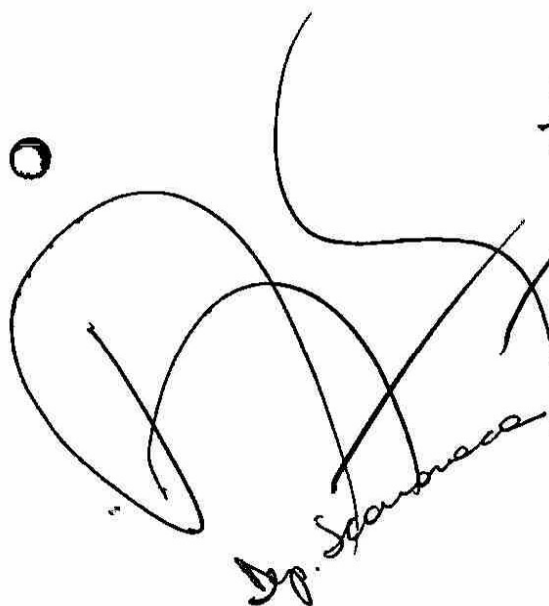
Comissão de Constituição e Justiça



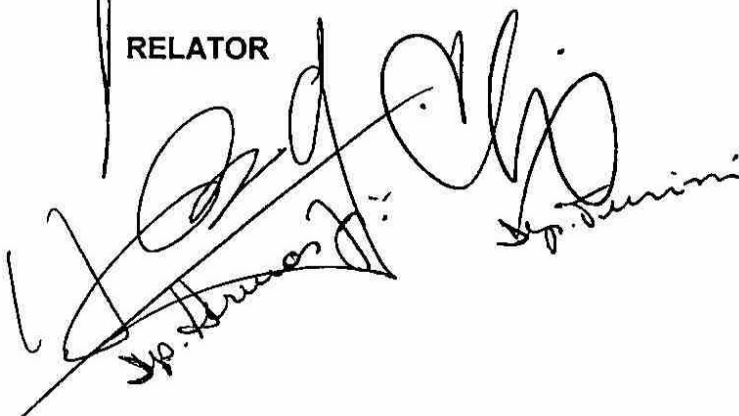
Sala das Comissões, 09 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

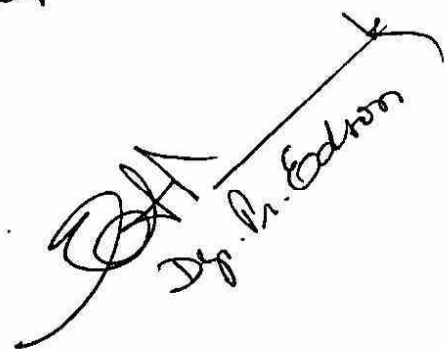

Dep. Scaramuzza


Dep. Pericles



Dep. Durini


Dep. Durmion


Dep. Durmion


Dep. P. Edson

APROVADO

09.07.13 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 246/2013

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, que instituir a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo instituir a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil, não existe cura para a Síndrome do X Frágil, mas muitos experimentos terapêuticos e sócioeducacionais, têm sido realizados com êxito, auxiliando o indivíduo a conquistar um bom convívio familiar, escolar e social.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 2013.

Jonas
Luiz

DR. BATISTA
Presidente
Relator
Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 246/2013

Projeto de Lei nº 246/2013

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, visa instituir a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

FUNDAMENTAÇÃO



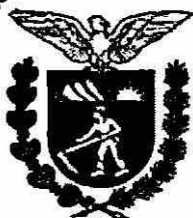
De início, compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, em consonância ao disposto no artigo 33-U, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar o mérito das proposições:

Art. 33 – U. Cabe à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifestar-se sobre e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.
(grifo nosso)

O Projeto de Lei em exame recebeu parecer favorável na douda Comissão de Constituição e Justiça pelo deputado Nereu Moura, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

A Comissão de Saúde Pública emitiu parecer favorável a presente proposição através do deputado relator Edson Praczyk.

 
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Chamada esta Comissão a opinar, verifica-se o grande alcance que a proposição apresenta, pois visa estabelecer diretrizes para proteção dos direitos da pessoa com Síndrome do X Frágil, que podem ocorrer na proporção de um caso para cada dois mil meninos e um em cada quatro mil meninas, sendo a segunda síndrome cromossômica mais freqüente após a Síndrome de Down. Não existe cura para a Síndrome do X Frágil, mas muitos experimentos terapêuticos e socioeducacionais têm sido realizados com êxito, auxiliando o indivíduo a conquistar um bom convívio familiar, escolar e social.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei que visa instituir a **Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome do X Frágil no Estado do Paraná**.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 2013.


DEPUTADO TADEU VENERI
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 306/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Matinhos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Matinhos, do imóvel constituído pelo Lote de terreno nº 16-C, da Planta Johannes Max Carl Rosener, situado no Município de Matinhos, com uma área total de 2.402,63 m², conforme a Matrícula nº 27.013, do Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Matinhos.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a instalação de Praça Pública, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 09 de julho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 JUL. 2013

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 069/2013

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 15/07/13

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação ao Município de Matinhos, do imóvel constituído pelo Lote de terreno nº 16-C, da Planta Johannes Max Carl Rosener, situado no Município de Matinhos, com uma área total de 2.402,63 m², conforme a Matrícula nº 27.013, do Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Matinhos.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, pelo referido município, exclusivamente para instalação de Praça Pública.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo também retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.781.321-5

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:29 15/07/2013 006125 DP ASSMBLIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em relação ao Projeto de Lei nº 306/2013 (Mensagem nº 069/2013 na origem), de autoria do PODER EXECUTIVO que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE MATINHOS.**

Relator: Deputado **PEDRO LUPION**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n 306/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo doar , ao município de Matinhos o imóvel constituído pelo Lote de terreno nº 16-C, da Planta Johannes Max Carl Rosener, situado no Município de Matinhos, com uma área total de 2.402,63 m², conforme a Matrícula 27.013, do Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Matinhos.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, a proposição atende plenamente ao interesse público eis que o referido imóvel será usado, pelo município em apreço, exclusivamente para a instalação de Praça Pública.

Por fim, frisa que consta da proposição dispositivos expresse no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo



de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo também retornará ao patrimônio do Estado.

Uma vez recebida a mensagem por esta Casa de Leis, foi encaminhada a esta Comissão conforme previsão regimental.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E VOTO.

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em “integridade do ordenamento jurídico” e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de Lei sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: ‘O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade’. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material³ é observada quando o conteúdo de um ato jurídico obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal⁴, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário_ diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁴ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.





República, verificando a constitucionalidade formal e material do presente projeto de Lei.⁵

Em relação a constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a iniciativa de projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65, o qual menciona:

Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁵ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)





Ultrapassada a questão da iniciativa, a análise detida da proposição, revela não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

Deve-se considerar que a iniciativa para a proposição de Projetos de Lei que venham a disponibilizar bens pertencentes ao patrimônio do Estado é exclusiva do Poder Executivo, estando o presente PL de acordo com a legislação.

Ainda, conforme determina a Constituição do Estado do Paraná, os bens imóveis pertencentes ao Estado só poderão ser objeto de doação mediante Lei, nos termos do artigo 10, *in verbis*:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Logo, a via eleita é escorreita para repassar ao município o imóvel qualificado no Relatório do presente.

No mesmo sentido o Projeto de Lei está em conformidade com o que determina o artigo 17⁶, inciso I, alínea 'a' da Lei 8666/93, não havendo qualquer obste para sua aprovação.

⁶ Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos: [...] b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Quanto ao conteúdo, também não vislumbro, no projeto, nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.

Assim sendo, nota-se que o projeto de lei em análise encontra-se amparado pelos princípios legais norteadores do Direito Público Constitucional, motivo pelo qual nada obsta seu prosseguimento.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 306/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de Agosto de 2013.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

06/08/13

Página 6 de 6



Assinatura de Dep. Curi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 306/2013

Projeto de Lei nº 306/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 069/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Matinhos.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 306/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem **069/2013**, objetiva efetuar a doação do imóvel que especifica, ao Município de Matinhos no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída pelo Lote de terreno nº 16-C, da planta Johannes Max Carl Rosener, situado no Município de Matinhos, com uma área total de 2.402,63 m², conforme a Matrícula nº 27.013 do Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Matinhos-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 306/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Matinhos no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser doada será utilizada especificamente para a instalação de uma praça pública no município, o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercilio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 306/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 069/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 306/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.




no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.


IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Matinhos, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.


Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 306/2013, em sua forma apresentada.

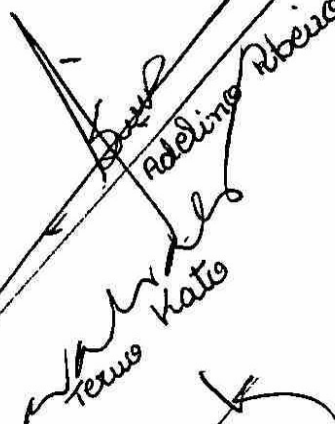
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 12 de agosto de 2013.



FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

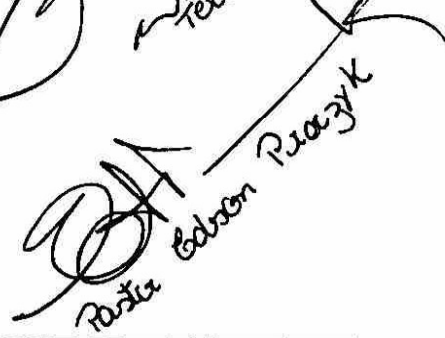

Tercílio Turini

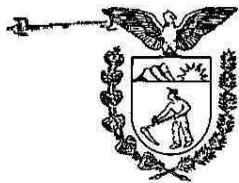

JONAS GUIMARÃES
Relator


Elton Welter


Teruo Kato


Adelino Ribeiro


Pastor Edson Praczyk



PROJETO DE LEI

345/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 07 AGO. 2013

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública o Instituto
Santé la Vie de Promoção à Vida e
Prestação de Serviços em Saúde e Meio
Ambiente, com sede e foro em
Curitiba/PR.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Santé la Vie de Promoção à Vida e Prestação de Serviços em Saúde e Meio Ambiente, com sede e foro em Curitiba/PR.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de Julho de 2013.


Ademar Luiz Traiano
Líder do Governo



Justificativa:

O Instituto Santé la Vie é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e que foi criada com a principal finalidade de promover a vida, a saúde humana e o meio ambiente. Sua missão é executar iniciativas de forma direta ou indireta, com competência, responsabilidade e eficiência, por intermédio de parcerias com instituições públicas e privadas. O Instituto procura promover ações que contribuam diretamente na qualidade de vida da população, atuando principalmente em comunidades de vulnerabilidade social. Sua especialidade é a gestão administrativa, operacional e técnica de plantões ambulatoriais e hospitalares, serviços odontológicos, e a gestão de programas pertinente à área. Auxilia os setores público e privado nas suas demandas organizacionais em saúde, com a formação de quadro de profissionais qualificados para melhor atendimento de suas parcerias, primando pela capacitação permanente. Por estes motivos, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 345/2013

Projeto de Lei nº. 345/2013
Autor: Deputado Ademar Traiano

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **INSTITUTO SANTÉ LA VIE DE PROMOÇÃO À VIDA E PRESTÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE E MEIO AMBIENTE**, com sede e foro em Curitiba/PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **INSTITUTO SANTÉ LA VIE DE PROMOÇÃO À VIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE E MEIO AMBIENTE**, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de Agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR